

RELATÓRIO DE VIAGEM

Destino: Área Indígena Sararé (municípios de Pontes e Lacerda e Vila Bela da Santíssima Trindade/MT) e sede do Núcleo regional da FUNAI em Vilhena/RO

Período: 24 a 28 de outubro de 1996

Equipe: Ariovaldo José dos Santos, Técnico indigenista da FUNAI/ADR Cuiabá; Ernani Barros da Cunha, Coordenador do Núcleo Regional da FUNAI em Vilhena, Villi Fritz Seilert, Consultor do Projeto de Cooperação Técnica PNUD/PRODEAGRO para Programa de Fiscalização de Áreas Indígenas e Eduardo Pires Lopes, motorista do PRODEAGRO.

Objetivos:

O deslocamento da equipe teve por objetivos:

1. dar continuidade aos trabalhos de preparação de bases para implantação de “consórcios regionais de apoio e fiscalização de áreas indígenas” (reuniões com representantes governamentais e não-governamentais) nos municípios de Pontes e Lacerda e Comodoro, iniciados pela FUNAI, conforme proposta desenvolvida com apoio de consultoria do PNUD;
2. conferir por meio de inspeção “in loco” denúncias de nova invasão garimpeira na Área Indígena Sararé;
3. verificar condições dos locais para instalação de uma barreira fixa de vigilância próximo da ponte Sararé/Fazenda Eunice, conforme proposta articulada pela FUNAI, IBAMA, FEMA e Polícia Militar/Florestal;
4. verificar pontos estratégicos de acesso à Área Indígena Sararé, utilizados pelos invasores madeireiros e garimpeiros.

Dia 25.10:

Tendo em vista denúncias feitas pela FUNAI (Núcleo de Vilhena/RO) de que estava em curso um movimento de invasão e esbulho por parte de garimpeiros e madeireiros na Área Indígena Sararé, esta equipe, partindo de Cuiabá, após pernoitar na cidade de Pontes e Lacerda, dirigiu-se para o interior da referida área.

No curso da viagem, na estrada que corta a Fazenda “Viuva Eunice”, verificou-se que as condições físicas de duas casas que foram utilizadas como base para as barreiras de vigilância em operações ocorridas nos anos de 1993 e 1994, apesar de necessários reparos (construção de poço de água, pois a poluição do Rio Guaporé inviabilizou a utilização de suas águas: instalação de bomba d’água, instalações sanitárias e pintura), encontram-se em condições de serem reutilizadas. Deve-se reavaliar a propriedade daquele local,

considerando que, como foi constatado posteriormente por esta missão, novas estradas de acesso à área foram abertas pelos madeireiros e garimpeiros.

Os garimpos no entorno da Área Indígena Sararé encontravam-se desativados. Seus locais servem hoje como passagem e ponto de apoio com tratores para reboque para veículos e caminhões de madeira que se atolam nos areões deixados pelos antigos garimpos.

Seguindo o percurso, na fazenda do Sr. “Zé Luiz”, mais exatamente na bifurcação que à direita acessa os garimpos Ferrugem I, II, III, IV e V (os dois últimos abertos recentemente) e à esquerda os garimpos Zé Luiz, Tixico, Fofoca, etc, encontrava-se um grupo de pessoas, cujas informações e fatos posteriores sugeriam a existência ali de uma espécie de guarita de controle de fluxo de pessoas, equipamentos, combustível, mulheres para os serviços de cozinha, lavanderias e, inclusive pelo que os próprios garimpeiros confirmaram, para os vários prostíbulo existentes nos garimpos. Aquela guarita composta por duas casas separadas por uma porteira era controlada por indivíduos reconhecidas pelos pseudônimos de Guacheba, Sebastião, Léo, Penteadó e outros.

A equipe, durante todos os 130 km de percurso no interior da área indígena, pôde verificar continuamente indicadores de um dinâmico sistema de comunicação por rádio-comunicadores e informantes munidos de motocicletas. Naquele ponto (na guarita do Zé Luiz) os “vigias”, ofereceram suposto “apoio” do citado Guacheba como suposta segurança para acompanhar a equipe no garimpo. Os seguidos questionamentos investigativos, a grande receptividade do recente acompanhante, durante todo o tempo de percurso pelos demais garimpos, sugeriram que o tal Guacheba vinha a ser agente articulador dos assuntos de segurança dos garimpeiros e madeireiros, ainda que se identificasse como preposto do fazendeiro Zé Luiz.

Nos diversos pontos de parada, quando puderam ser, eventualmente e precariamente feitas algumas fotografias e coletadas algumas imagens de vídeo 8 mm, relatos de garimpeiros informaram a existência de um sistema de controle de “pedágio” incidente sobre o fluxo de pessoas, veículos, máquinas, combustível e toda sorte de suprimentos para os garimpos. Segundo os próprios informantes, tal “pedágio” estaria sendo arrecadado a favor dos fazendeiros do entorno. Citaram por exemplo o pagamento de R\$15,00 por cada tambor de combustível e veículo de pequeno porte. Segundo os mesmos garimpeiros tais pedágios estariam sendo cobrados pelos fazendeiros sob suposto pretexto de honrar acordos celebrados com os índios.

No entanto, no dia 27.10, quando a equipe retornou de Vilhena para a área, desta feita para a aldeia central e sede do Posto Indígena da FUNAI, os índios Katitauru (subgrupo Nambikwara), como também os servidores da FUNAI ali lotados, rechaçaram a informação dada pelos garimpeiros, dizendo não existir qualquer transferência de recursos de garimpeiros para a comunidade, sob aquela suposta origem.

A situação dos Garimpos:

A partir do Córrego Água Suja, ao sudoeste, cujo leito original foi desviado pelos garimpos de forma a diminuir, num raio de aproximadamente 500 metros, o espaço da reserva indígena, encontram-se instalados pequenos, médios e grandes agrupamentos garimpeiros. A densidade demográfica destes núcleos ascende na medida que se avança em direção ao interior da área indígena. Para se ter uma idéia, no limite máximo da sua primeira incursão (garimpo Ferrugem III, a cerca de 20 Km da entrada da área, onde repentinamente um trator esteira interrompeu a estrada fazendo uma duna intransponível de terra), a equipe foi informada pelos garimpeiros que a maior concentração de homens e dragas se encontrava no Ferrugem IV, com mais de 2000 pessoas e pelo menos 250 dragas instaladas. Segundo os mesmos informantes, logo adiante um novo garimpo estava sendo montado, o Ferrugem V.

No garimpo denominado Tixico, o fazendeiro Zé Guilherme, cercado pelos garimpeiros, entre eles vários com armamentos expostos, não se constrangeu em informar que pessoalmente se encarregou de custear 190 horas de trator esteira para abrir estradas para os garimpeiros, argüindo ser a ele mais apropriado e lucrativo favorecer o garimpo nas terras dos índios.

Naqueles pontos (garimpos Tixico e Fofoca) a cerca de 8 km adentrando pela área indígena, indicadores de depredação ambiental e esbulho generalizado do patrimônio público já podiam ser flagrados. Os membros da equipe foram informados de que pelo menos 150 dragas estavam em operação. naquela localidade da Área.

Estradas improvisadas, porém de considerável base de compactação por uso intenso, cortam a área em múltiplas direções, indicando inclusive várias opções de acesso e saída, facilitando o intenso trânsito de produtos oriundos do consórcio madeireiro-garimpeiro.

Dali por diante avolumava a concentração de acampamentos garimpeiros, formados por barracos domésticos, compradores de ouro (a R\$10,00 o grama), cantinas de gêneros alimentícios, bares, farmácias (com freqüentes casos de malária, segundo um atendente de uma "farmácia"), depósitos de combustível, oficinas de motores estacionários, prostíbulos, cujas populações circulantes (em horários de plena atividade das dragas: entre 10 e 12 hs) permitia concluir pela grande concentração humana naqueles núcleos.

Naquela altura de observação dos fatos (vide imagens parciais gravadas na fita de vídeo), os membros da equipe já tinham visualizado amostras que permitissem projetar a quantificação aproximada de pessoas e equipamentos nos seis garimpos visitados e, em outro dois, cujos acessos foram impedidos pelo episódio do trator de esteira, já relatado.

Em se considerando a quantidade dos denominados barrancos e dragas até então visualizados podia-se afirmar sem riscos de superlativação que encontravam-se, no dia 25 de outubro, no interior da Área Indígena Sararé, pelo menos 6.000 pessoas entre garimpeiros e mantenedores de serviços diretos e indiretos aos garimpos e aos madeireiros.

Em pelo menos dois pontos (Garimpos Tixico e Ferrugem III) onde foi especulado sobre números, todos foram unânimes em projetarem 8.000 pessoas e 600 dragas nos garimpos, com uma produção diária de mais de 40 kg de ouro.

Outro indicador observado foi o intenso fluxo de veículos (considerando o fato de ser interior de floresta e difícil acesso), inclusive com tráfego de ônibus, caminhões, caminhonetes e taxi que faziam o transporte de pessoas e equipamento.

Dia: 26.10:

A equipe se deslocou até a Cidade de Vilhena para tratar junto ao Núcleo Regional da FUNAI a situação das áreas indígenas Sararé e Vale do Guaporé. Ali foram confirmadas as denúncias de que vários pontos de exploração madeireira e invasão de posseiros ocorrem também na área Vale do Guaporé.

Segundo informações colhidas naquele núcleo de administração, situação muito crítica é a que se encontra o Pequizal, cujo território está tomado por posseiros que, armados, impedem qualquer incursão da FUNAI e até mesmo da Polícia Federal. Recente equipe de técnicos da FUNAI, em missão de reavivitação dos limites da área indígena, foi obrigada a interromper os trabalhos naquela área.

Os servidores da FUNAI de Vilhena informaram ainda a existência de vários focos de exploração de madeira no Manairissu, Wassusu, e Capitão Pedro. Enquanto este relatório estava sendo elaborado, o Administrador da FUNAI/ADR/CGB noticiou que os técnicos que executam uma operação de reavivitação dos limites da Área Indígena Sararé, ao flagrarem madeireiros furtando madeira no perímetro entre os marcos 26 e 28 da referida área, foram obrigados novamente abandonar o local.

Na sequência, ainda pela manhã, atendendo solicitação da Polícia Federal, a equipe e mais dois servidores da FUNAI, acompanharam a conclusão da operação emergencial realizada pelos agentes federais no interior da Área Indígena Sararé, nas imediações da Fazenda Kanaxuê. Na ocasião foram presos três peões de madeireiros e apreendidos um trator e um caminhão de madeira. Apenas o caminhão foi removido do interior da área indígena pelos federais e depositado no pátio do DNER do Município de Pontes e Lacerda.

A equipe também tomou conhecimento de denúncia feita pelos servidores da FUNAI de Vilhena, a respeito da ocorrência de aliciamento de menores indígenas para a prática de prostituição num casebre que estaria sendo mantido por madeireiros no recém emancipado Município de Nova Lacerda. Imagens do local foram gravados da casa onde estaria ocorrendo os referidos crimes.

Dia 27.10:

De Vilhena, a equipe retornou a Área Sararé e posteriormente fez incursões em várias fazendas, cujas estradas davam ou poderiam dar acesso à área indígena.

No Posto Indígena, foi constatado através de vários depoimento do Cacique Américo e outras jovens lideranças, como também pelos servidores da FUNAI que a situação do garimpo e da extração ilegal de madeira está insustentável. Apesar de constatado que pelo menos uma liderança (Mateus) tenha tido manifestas atitudes de apoio aos invasores, há vontade geral dos indígenas de livrarem-se dos problemas trazidos pelos invasores.

Conclusões e recomendações:

Pelos dados levantados, aqui sumariamente narrados e registrados em imagens fotográficas e em vídeo, pode-se concluir pela gravidade do processo esbulhatório generalizado do patrimônio de usufruto exclusivo dos índios Nambikwara habitantes das áreas indígenas Sararé e Vale do Guaporé. Concomitantemente registrou-se deplorável movimento de depredação do patrimônio do Estado de Mato Grosso (terras do entorno) e da União (terra e recursos vegetais e minerais das áreas indígenas).

O volume de pessoas e a rapidez com que se processam a depredação ambiental e o cerceamento dos direitos da comunidade indígena (ir e vir e usufruto), legítima e tradicional habitante da Área Indígena Sararé, recomendam imediata ação desintrusória da parte dos órgãos federais e estaduais que por força de lei e convênios especiais se vinculam às atividades de fiscalização das áreas indígenas e entornos, sob pena de agravamento dos danos já produzidos sobre a comunidade indígena e o patrimônio público.

Qualquer ação emergencial a ser implementada na Área Indígena Sararé deverá se estender à vizinha Área Vale do Guaporé, especialmente no Pequizal, Wassussu, Manairissu e Capitão Pedro.

Na seqüência da ação emergencial desintrusória deve ser cumprida a agenda básica de implementação das ações preventivas já amplamente agendadas pelo Subgrupo de Fiscalização e Vigilância das Áreas Indígenas e Entornos, especialmente a implantação das barreiras nas entradas da área indígena, composta especialmente pela Polícia Militar Floresta, com o apoio da Polícia Federal, do IBAMA e da FUNAI, o estudo e implementação a curto e médio prazo dos projetos de alternativas econômicas com as comunidades indígenas, os programas de educação ambiental e os consórcios regionais de apoio e fiscalização para as áreas indígenas.


É recomendável que os órgãos executivos competentes, especialmente aqueles que têm a prerrogativas do poder de polícia (Pol. Federal, IBAMA, DNPM, Receita Federal e a própria FUNAI), busquem novos mecanismos de ação punitiva que repercutam inclusive sobre o patrimônio acumulado pelos agentes costumeiros depredadores do patrimônio

público e indígena, cujos histórico patrimonial indica locupletamento ilícito. As intervenções de caráter meramente repressivo continuam revelando-se ineficazes e onerosas ao poder público.

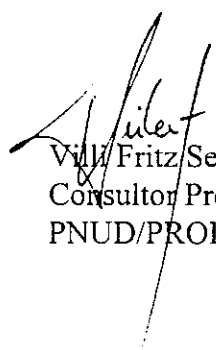
Recomenda-se especialmente à FUNAI que busque diligenciar junto ao Ministério Público Federal, ao Poder Judiciário e à Receita Federal caminhos legais mais céleres de processamento das infrações e imposição de punições mais eqüitativas às infrações e crimes cometidos pelos infratores. Tornou-se evidente e expressa a opção dos invasores em permanecer na contravenção, pois, a considerar o poder de interviniência das medidas administrativas e judiciais até aqui aplicadas, lhes foi mais lucrativo a ilegalidade.

Obs.: Devido o nível de tensão verificado nos municípios de Pontes e Lacerda e Comodoro, provocado pelas notícias veiculadas na imprensa local nos dias da presença da equipe na região, bem como em decorrência da operação da Polícia Federal no dia 26.10, por medida de segurança, foi suspensa a agenda de reuniões com lideranças governamentais e não governamentais previstas para ambos os municípios, conforme agenda das atividades da FUNAI e do consultor.

Cuiabá, 30 de outubro de 1996



Ariovaldo José dos Santos
Técnico indigenista da FUNAI/CGB



Fritz Seilert
Consultor Projeto Cooperação Técnica
PNUD/PRODEAGRO



Garimpos do entorno da Área Indígena Sararé (ativos em 1992/94) 25.10.96
Base de apoio para veículos de madeireiros e garimpeiros. (Córrego Água Suja)
Foto: Villi F. Seibert



Draga em plena floresta Garimpo Tixico Área Indígena Sararé 25.10.96
Foto: Villi F. Seibert



Garimpo Ferrugem I Área Indígena Sararé 25.10.96
Foto: Villi F. Seibert



Garimpo Tixico Cantina de gêneros alimentícios Área Indígena Sararé 25.10.96
Foto: Villi F. Seilert



Garimpo Ferrugem II Área Indígena Sararé 25.10.96
Foto: Villi F. Seilert



Garimpo Ferrugem III, Tráfego de veículos distribuidores de combustível
Área Indígena Sararé 25.10.96
Foto: Villi F. Seilert